



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREGO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: notas para a Região Metropolitana do Cariri em 2013, 2017 e 2021¹

Maria Jeanne Gonzaga de Paiva²

Jackson Guedes³

Larissa Ferreira Fernandes⁴

RESUMO

O estudo com dados secundários da RAIS, de natureza descritiva, tem por objetivo caracterizar a dinâmica do mercado de trabalho formal com respeito à Administração Pública na Região Metropolitana do Cariri nos anos de 2013, 2017 e 2021. Houve variação positiva nos empregos desse setor nos municípios do Crajubar em Juazeiro do Norte e Barbalha, com 26,21% e 33,18%, respectivamente. E fora do Crajubar em Farias Brito e Jardim – 4,78% e 9,50%, respectivamente de 2013 a 2017. No período 2017/2021, o crescimento se deu fora da Conurbação Crajubar, exceto Jardim que apresentou decréscimo. A variável faixa etária 40 a 49 anos predomina, exceto em 2013, prevalecendo a faixa 30 a 39 anos. A faixa remuneração média predominante foi de 1 a 1,5SM-salário mínimo. Conclui-se que diminuíram os empregos nos municípios da RM Cariri, nos anos citados; de forma absoluta, exceto Barbalha (2017 a 2021) e Farias Brito. Em relação ao sexo, houve aumento de forma absoluta do sexo feminino

¹ O artigo foi publicado como capítulo de livro: Administração pública: caracterização do emprego formal na região metropolitana do Cariri nos anos de 2013, 2017 e 2021. In: SILVA, Maria José das Neves (Org.). *Mosaico da humanidade: conexões nas Ciências Humanas e Sociais*. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 47-53. ISBN: 978-65-85562-11-9. DOI: 10.58203/Licuri.21193

² Doutorado em Economia pela Universidade Federal Fluminense-UFF; Docente do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri-URCA; Líder do Laboratório de estudos em negócios urbanos e rurais-LABGENUR; e-mail: jeanne.paiva@urca.br; mariajeanne@id.uff.br

³ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri-UFCA; Pesquisador do LABGENUR; e-mail: genur@urca.br, jackson.guedes@ufca.edu.br

⁴ Graduanda em Ciências Econômicas pela URCA, Pesquisadora do LABGENUR, bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-PIBIC/URCA/Funcap- Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico; e-mail: larissa.fernandes@urca.br, genur@urca.br



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

em Barbalha, Caririaçu, Jardim, Farias Brito nos anos citados. O sexo masculino cresceu em Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri. Com relação à variável escolaridade, predominou o ensino superior completo. Municípios como Crato, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri apresentaram vínculos empregatícios de natureza não típica como estatutário não efetivo e contrato lei municipal.

Palavras-chave: Empregos; Setor Administração Pública; Região Metropolitana do Cariri.

INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho no Brasil apresenta características estruturais heterogêneas e encontra dificuldades para absorver o contingente de pessoas em busca de empregos com baixos rendimentos. Em momentos de crise, isso acaba resultando em um aumento da vulnerabilidade social.

Entre os anos de 2011 e 2014, houve uma redução no crescimento da economia brasileira, a qual passara a exibir uma taxa média de crescimento de 1,8% ao ano. Nos anos seguintes, 2015 e 2016, o país enfrentou uma grave crise, ocasionando uma queda acumulada de 6,8% do Produto Interno Bruto (PIB). A partir desse período, o crescimento ficou bastante limitado, registrando uma média anual em torno de 1,5% no triênio 2017/2018/2019, de acordo com dados do Sistema de Contas Nacionais (SCN/IBGE) (Saboia *et al.*, 2021).

De 2004 a 2014, o mercado de trabalho brasileiro experimentou um período mais favorável. No entanto, a partir de 2015, com a crise política e suas graves implicações econômicas, começaram a ser perdidos postos de trabalho. A reforma trabalhista, em 2017, infelizmente, não trouxe consigo os empregos esperados. Além disso, a crise sanitária, causada pelo coronavírus em 2020, teve um forte impacto, reduzindo postos de trabalho no Brasil e ao redor do mundo.



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

Segundo Mattei e Heinen (2020), entre os anos de 2014 e 2020, a Administração Pública, a defesa e a seguridade social, a educação, a saúde humana e a assistência social tiveram um crescimento anual de 1,7%, conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua-PnadC. Esse crescimento foi concentrado, principalmente, nos setores da educação e da saúde humana, enquanto a Administração Pública e os serviços sociais sofreram grandes diminuições.

No ano de 2020, de acordo com dados da RAIS (2021), os subsetores econômicos que mais registraram postos de trabalho formais foram a Administração Pública e o comércio varejista, não só no Brasil, como também na Região Nordeste e no Ceará. Em números, foram 8.662.695 empregos formais na Administração Pública e 7.372.634 no comércio varejista; na Região Nordeste, 2.302.296 e 1.278.939, respectivamente; no estado do Ceará, 347.567 e 205.221, respectivamente, nesses mesmos subsetores.

Nesse contexto, convém indagar-se: como agem, na Região Metropolitana do Cariri, as variáveis que definem o padrão do emprego formal na Administração Pública? Dessa forma, o objetivo central deste artigo é caracterizar a dinâmica do mercado de trabalho formal com respeito à Administração Pública na RM Cariri nos anos de 2013, 2017 e 2021.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

De acordo com Meirelles e Burle Filho (2016), formalmente, a Administração Pública equivale a um conjunto de órgãos criados para cumprir objetivos dos governos. Materialmente, engloba um conjunto de funções necessárias para os serviços públicos. Operacionalmente, corresponde ao desempenho contínuo e sistemático, consoante à lei, dos serviços próprios do Estado ou assumidos por ele em benefício da sociedade.

Considera-se serviço público aquele realizado pela administração ou aqueles delegados para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da sociedade ou simples conveniências do Estado, sob normas e controles estatais (Meirelles; Burle Filho, 2016).



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

Segundo Mendes (2019), a Administração Pública compreende o setor institucional governamental, constituído por órgãos governamentais da administração central e entidades descentralizadas, além de estatais dependentes e não dependentes, porém, controladas pelo governo, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no âmbito do Sistema de Contas Nacionais do Brasil em 2010.

No entendimento de Rezende (2010), servidor público é um tipo de servidor estatal, aquele que ocupa cargos ou empregos tanto na esfera da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e suas respectivas autarquias e fundações públicas, que são pessoas jurídicas de direito público da administração direta e indireta.

A Relação Anual de Informações Sociais elenca os funcionários do setor público, tanto direto quanto indireto, em nível federal, estadual ou municipal, bem como os das fundações supervisionadas (RAIS, 2021).

De igual modo, em seu artigo 37⁵, a Constituição Federal de 1988 estabelece diretrizes para a Administração Pública e afirma que a administração direta e indireta, de qualquer um dos Poderes da União (Estados, Distrito Federal e Municípios) deve seguir os princípios de legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade e eficiência. Além disso, no artigo 39⁶, a Constituição determina que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem criar, dentro de sua competência, um regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração direta, autarquias e fundações públicas (Brasil, 1988).

Conforme Mattos e Cardoso Jr. (2020), no Brasil, a proporção de servidores públicos corresponde à 5,4% da população, enquanto nos países da OCDE representa 9,5%, de acordo com um estudo do Banco Mundial, elaborado em 2017. Comparativamente ao setor privado, na América Latina, os trabalhadores do setor público têm elevada escolaridade, com 13 anos ou mais de escolaridade, embora, entre 2005 e 2016, tenha havido um avanço em ambos os

⁵ Ver Art 37 na CF/1988 no link https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

⁶ Ver Art 39 na CF/1988 no link https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm



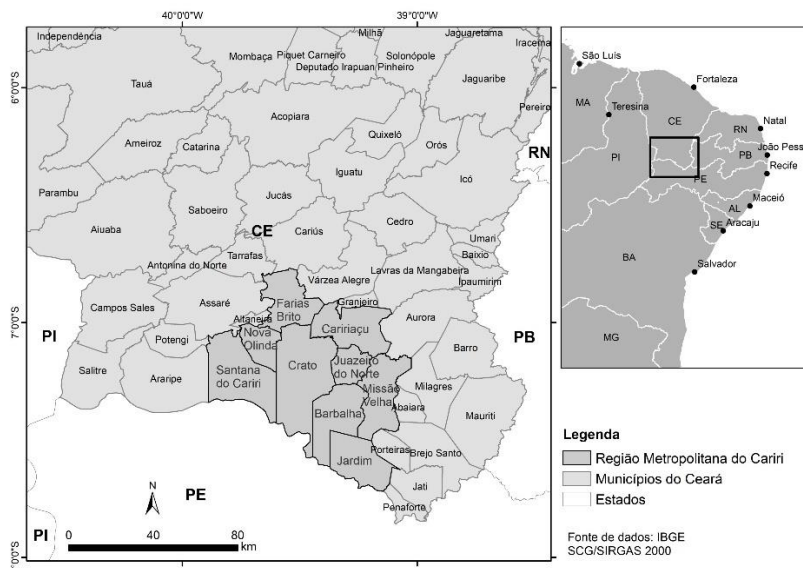
XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

setores, mas sempre com vantagem para o servidor público, conforme mostra o panorama laboral da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe-Cepal, exibido em 2017.

METODOLOGIA

Com respeito à área de estudo, a Região Metropolitana do Cariri foi implementada em 2009 a partir da Lei Complementar nº 78⁷. A Região Metropolitana do Cariri é composta por nove municípios, sendo três na Conurbação Crajubar – Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha – e fora do Crajubar – Caririáçu, Jardim, Missão Velha, Farias Brito, Nova Olinda e Santana do Cariri (Figura 1).

Figura 1- Mapa da Região Metropolitana do Cariri.



Fonte: IBGE

⁷ Ver Lei Complementar nº 78 no site: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/viacao-transportes-desenvolvimento-urbano/item/5488-lei-complementar-n-78-26-de-junho-de-2009>



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

De acordo com a tabela 1 os municípios que compõem a Conurbação Crajubar possuem maior população e densidade demográfica que os demais municípios da Região Metropolitana do Cariri. Percebe-se que Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha também se destacam no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDHM, nos salários médios mensais dos trabalhadores formais, assim como o Produto Interno Bruto-PIB *per capita* que os demais municípios dessa região.

Tabela 1 Características demográficas e socioeconômicas dos municípios da Região Metropolitana do Cariri.

Município da RM Cariri	População em 2022	Densidade demográfica em 2022 (hab/km ²)	PIB <i>per capita</i> /2021 em R\$	IDHM	Salário médio mensal dos trabalhadores formais em 2021 (SM)
Conurbação Crajubar					
Crato	131.050	115,14	13.976,14	0,713	1,9
Juazeiro do Norte	286.120	1.105,62	18.381,08	0,694	1,8
Barbalha	75.033	123,38	21.815,78	0,683	1,8
Fora da Conurbação Crajubar					
Caririáçu	26.320	41,50	9.372,28	0,578	1,7
Jardim	27.411	50,30	10.819,64	0,614	1,8
Missão Velha	36.822	60,04	14.506,46	0,622	1,7
Farias Brito	18.217	34,34	10.462,89	0,633	1,7
Nova Olinda	15.399	54,49	10.341,85	0,625	1,6
Santana do Cariri	16.954	19,83	8.985,52	0,612	1,7

Fonte: IBGE (2024)

A pesquisa é de natureza descritiva associada à análise tabular que, segundo Gil (2021), descreve os fenômenos de determinada população, além de estabelecer relação entre as variáveis do estudo.



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

São secundários os dados obtidos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do trabalho e do Emprego. As variáveis utilizadas foram: sexo do trabalhador; faixa etária; faixa de remuneração média e tipo de vínculos

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a Tabela 2, no período 2013/2017, houve variação positiva no setor econômico da Administração Pública da Conurbação Crajubar, em particular, nos municípios de Juazeiro do Norte e Barbalha, com 26,21% e 33,18%, respectivamente. Fora da Conurbação, essa variação se aplica apenas aos municípios de Farias Brito e Jardim – 4,78% e 9,50%, respectivamente.

No período 2017/2021, a variação positiva se deu fora da Conurbação Crajubar, pois apenas o município de Jardim decresceu em termos de postos de trabalho no setor analisado (vide Tabela 2).

Tabela 2 – Quantidade de postos de trabalho do setor da Administração Pública na Região Metropolitana do Cariri (2013, 2017 e 2021)

Municípios/Anos	Anos		
	2013	2017	2021
Crajubar			
Crato	6.806	4.939	4.408
Juazeiro do Norte	6.848	8.643	7.272
Barbalha	1.793	2.388	2.166
Fora do Crajubar			
Caririaçu	1.628	1.498	1.628
Jardim	1.253	1.372	1.286
Missão Velha	1.937	1.415	1.556
Farias Brito	879	921	961
Nova Olinda	951	783	800
Santana do Cariri	1.125	906	919

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2021).



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

De acordo com a Tabela 3, considerando o período e o setor em estudo, houve variação relativa positiva das mulheres (acima de 60%) nos municípios de Jardim, Missão Velha e Santana do Cariri.

Tabela 3 – Quantidade de postos de trabalho formal na Administração Pública por sexo na Região Metropolitana do Cariri (2013, 2017 e 2021)

Municípios/Sexo do trabalhador	2013		2017		2021	
	fem	masc	fem	masc	fem	masc
Crajuubar						
Crato	4.360	2.446	3.164	1.775	2.777	1.631
Juazeiro do Norte	4.660	2.188	6.038	2.605	4.665	2.607
Barbalha	1.230	590	1.483	905	1.370	796
Fora do Crajuubar						
Caririagu	1.028	360	1.082	416	1.187	441
Jardim	812	441	936	436	880	406
Missão Velha	1.329	608	980	435	1.086	470
Farias Brito	587	292	592	329	606	355
Nova Olinda	634	317	509	274	499	301
Santana do Cariri	707	408	606	300	594	325

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2021).

Em relação a variável escolaridade, em 2021, predomina o ensino superior completo nos municípios de Crato, Barbalha e Farias Brito, enquanto o ensino médio prepondera em Caririagu e Missão Velha – em 2013, essa escolaridade se verifica em Jardim e Nova Olinda (RAIS, 2021).

A variável faixa etária 40 a 49 anos predomina, exceto em 2013, prevalecendo a faixa 30 a 39 anos. A faixa remuneração média foi de 1 a 1,5SM-salário mínimo, porém, em 2013 e 2017, os municípios de Jardim e Missão Velha apresentaram mais postos na faixa de 0,5 a 1SM (RAIS, 2021).

Os contratos atípicos da Administração Pública apresentaram a seguinte configuração: em 2013, Crato tinha 56,07% dos postos de trabalho no estatutário não efetivo, diminuindo para



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

37,55%, em 2021; Nova Olinda, 52,15%, em 2016, e 23,50%, em 2017; Santana do Cariri, 39,20%, em 2013, e 15,67%, em 2021; Missão Velha, 44,40% no contrato lei municipal em 2013 e 17,53% em estatutário não efetivo, em 2021. Os demais municípios apresentaram contratos típicos com estatutário e o CLT Urbano/Pessoa Jurídica Indeterminado em Barbalha e Missão Velha nos anos citados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma conclusão preliminar é tal que sugere a redução, nos anos considerados, no número de empregos nos municípios da Região Metropolitana do Cariri, excluindo Barbalha (2017 a 2021) e Farias Brito.

No decorrer dos anos analisados, houve um aumento absoluto no número de mulheres em Barbalha, Cariri, Jardim e Farias Brito, enquanto o sexo masculino cresceu em Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri.

Com relação à variável escolaridade, predominou o ensino superior completo. Municípios como Crato, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri apresentaram vínculos empregatícios de natureza não típica tais como estatutário não efetivo e contrato lei municipal.

REFERÊNCIAS

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 16 jun 2023

CEARÁ, Lei Complementar nº 78, 26 de junho de 2009. *Dispõe sobre a criação da Região Metropolitana do Cariri, cria o Conselho de Desenvolvimento e Integração e o Fundo De Desenvolvimento e Integração da Região Metropolitana do Cariri – FDMC, altera a composição de microrregiões do Estado do Ceará e dá outras providências*. Disponível em: <https://bel.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/viacao-transportes-desenvolvimento-urbano/item/5488-lei-complementar-n-78-26-de-junho-de-2009>. Acesso em 16 jun 2023

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. 3. Reimp. São Paulo: Atlas, 2021



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE cidades. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/panorama> Acesso em 29 abr 2024

MATTOS, F. A. M. de; CARDOSO JR., J. C. Emprego público no Brasil: uma avaliação em perspectiva internacional comparada. *Rev Bras Adm Pol*, n. 13 v.2, p. 230-267, Salvador, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rebap/article/view/51735/27846> Acesso em 16 jun 2023

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. *Revista de Economia Política* 40 (4), 2020, p. 647-668. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/8snSbBwVqmYgd5pZVQ5Vhkn/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 16 jun 2023

MEIRELLES, H. L.; BURLE FILHO, J. E. *Direito administrativo brasileiro*. colaboração de Carla Rosado Burle. 42. ed. atual. até a Emenda Constitucional 90, de 15.9.2015. São Paulo: Malheiros, 2016.

MENDES, C. de P. *Análise da administração pública como atividade econômica em Minas Gerais: uma aplicação da matriz de insumo-produto*. Monografia de conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) 102f. Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Belo Horizonte: 2019.

RAIS-Relação Anual de Informações Sociais, 2021. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/> Acesso em: 14 ago 2023

REZENDE, L. dos S. O regime de emprego no âmbito da administração pública. *Revista CEJ*, Brasília, Ano XIV, n. 51, p. 76-84, out./dez. 2010. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-CEJ_n%2051.07.pdf Acesso em: 16 de jun de 2019

SABOIA, J. *et al.* Mercado de trabalho, salário-mínimo e distribuição de renda no Brasil no passado recente. *Rev. Econ. Contemp.*, v. 25, n. 2, 2021, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/PfsVrtZPhMvPFv8hsD8R4fk/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 16 jun 2021